

ENTREVISTA: os anos não foram de chumbo para a Folha de São Paulo

● Ao acompanhar o caso da “ditabranda”, André Bonsanto Dias percebeu que havia uma lacuna e a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o caso, assim surgiu “O Presente da Memória” [pág_5](#)



VEM AÍ 9º PRÊMIO SANGUE BOM: inscrições a partir de 1º de setembro

● Para a direção do Sindijor este prêmio é um instrumento motivador, valoriza os profissionais e une a categoria [pág_8](#)



Extra Pauta

JORNAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ | nº 106 | Agosto_2014 | www.sindijorpr.org.br



FISCALIZAÇÃO

Conheça as empresas líderes de irregularidades no Paraná

Em trabalho conjunto, Sindicatos dos trabalhadores, ao lado de jornalistas que fizeram denúncias, listaram principais problemas enfrentados pela categoria no estado [pág_07](#)



Julio Carignano



#jornalistasmobilizados



Joka Madruga

Nas ruas: trabalhadores exigem respeito por parte dos empresários

Seja na Boca Maldita em Curitiba, no Calçadão em Londrina, nos locais de trabalho no Oeste do Paraná e nos Campos Gerais, a marca #jornalistasmobilizados levou à sociedade os problemas dos jornalistas [pág_04](#)



De atividade à profissão: Jornalismo de qualidade se faz com luta sindical

Pode até parecer discurso panfletário, mas certamente muitos concordam que a profissão de jornalista está virando uma atividade transitória. Com o diploma na mão e o registro profissional, os “focas” encaram os primeiros anos da profissão com bastante entusiasmo, sem se preocupar muito com as condições de trabalho. Alguns, inclusive, na ânsia de conseguir o primeiro emprego registrado na área, acabam se submetendo a salários abaixo do piso.

Depois de se deparar com uma conta financeira que não fecha (custo de vida X salário), muitos se obrigam a procurar um segundo emprego. A jornada, no mínimo, passa para 10 horas diárias. Com cerca de 5 anos na profissão, o jornalista percebe que não há possibilidade de ascensão na carreira, que seu salário continuará no nível do piso da categoria, pra não falar dos locais onde impera o assédio moral, a falta de respeito, as irregularidades e o controle editorial seja interno ou externo.

O resultado dessa rotina degradante e sem expectativas, no menos para quem leva a sério a profissão, é a decepção com o que escolheram para suas vidas. Não é incomum encontrar jornalistas fazendo outros cursos de graduação, abandonando a profissão e se dedicando a outras coisas que não estão ligadas necessariamente ao jornalismo. Nesse sentido, não há como negar que o Jornalismo tem perdido ainda mais prestígio, decaindo de profissão a uma atividade transitória.

Lógico que há outros fatores que precisam ser considerados, como as novas tecnologias que simplificam o trabalho jornalístico, a perda de importância da mídia convencional diante da concorrência da internet e das tv's a cabo, o ataque ao diploma de jornalista e a dificuldade em relacionar o plano teórico ao prático no jornalismo. Todos estes fatores contribuem para o desprestígio da profissão e sua consequente desvalorização.

Mas nenhuma supera a redução da qualidade de vida dos profissionais em veículos de comunicação ou nas assessorias. É o que “espanta” o bom profissional desta atividade, o que provoca uma sobrecarga de trabalho e de responsabilidades que resultam em equívocos que derrubam a credibilidade deste campo de conhecimento.

Os empresários precisam corrigir a visão míope de que jornalismo deve servir a interesses particulares (ao lucro), e encararem a atividade como aquela essencialmente pública. Em qualquer ocasião que se instaura uma transição no mercado da comunicação, as primeiras decisões empresariais se voltam contra os trabalhadores. A tendência não é pensar alternativas para o negócio, mas

reduzir direitos, burlar convenções e leis, cortar postos de trabalho, diminuir os pisos salariais, entre outros. Pra não falar daqueles que continuam faturando alto, mas aproveitam a onda para tirar proveito.

Nesse sentido, a defesa do aumento salarial, assim como dos direitos sociais previstos em convenção coletiva não é apenas a defesa imediatista e corporativa. Ao melhorar as condições de vida dos profissionais, o jornalismo passa a ser uma atividade atrativa. Isto é, capaz de absorver bons profissionais e de mantê-los na profissão com perspectiva de adquirir e transmitir experiência e se aposentar fazendo o que gostam.

A consequência disso é a garantia de bons profissionais experientes, motivados para fazer um bom jornalismo. Deste modo, se garante maior credibilidade para o jornalismo e reconhecimento social para a profissão. Inverteríamos a lógica atual de modo que o jornalismo passaria a ser valorizado como atividade fundamental para a vida em sociedade.

Nos últimos meses as diferenças de interesse entre jornalistas e empresários se recrudesceram como é de se esperar nas campanhas salariais. O impasse que vivemos agora, quase 5 meses sem conseguir assinar uma CCT com avanços, é o resultado dessa visão distorcida dos empresários sobre o que é jornalismo.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná continua firme em suas posições na defesa de melhores condições de vida para a categoria, compreendendo que esta defesa interessa não apenas aos jornalistas, mas também à sociedade. Porém, a diretoria também entende que qualquer reorientação desta envergadura passa pelo envolvimento coletivo. Esta é a concepção que mantém a diretoria aberta a uma gestão democrática, transparente e sensível para o debate, entendendo que o bom jornalismo se faz não só na prática profissional, mas principalmente com a luta sindical.



ARTIGO

Cúmplices de um genocídio

Por Omar Nasser Filho*

Quem acompanhou a cobertura dos recentes ataques Israelenses à Faixa de Gaza pela chamada “grande mídia” não teve uma compreensão real do que aconteceu – e acontece – por lá.

O que ocorreu em Gaza não foi uma guerra, foi um massacre. De um lado, Israel, uma das maiores forças bélicas do planeta, empregando tanques, bombardeiros, navios, drones, mísseis e bombas de última geração e alto poder destruidor contra um território densamente povoado; de outro, uma população civil encurralada, sitiada e indefesa. Sem ter para onde fugir, vivendo sob cerco militar por oito anos.

Os números revelam a desproporção do confronto: cerca de dois mil mortos do lado palestino, a maioria civis – dos quais em torno de 400 crianças; do lado israelense, 67 mortos, dos quais 64 soldados. A já precária infraestrutura de Gaza foi destruída. Hospitais e escolas viraram alvo da artilharia israelense. O acesso ao alimento ficou ainda mais restrito, assim como a medicamentos e a tratamento médico.

A qualquer cidadão minimamente sensível esses dados saltam aos olhos e revelam a absoluta desproporção da atitude israelense. Uma visão que a chamada “grande mídia” tentou esconder da opinião pública. Na sua versão, Israel se defendeu, enquanto o Hamas – movimento “radical”, “terrorista”, “extremista” – usou a população civil como “escudo”.

A verdade é que a Faixa de Gaza vivia há oito anos sob cerco. Os túneis destruídos pelo exército de Israel eram a garantia de abastecimento do enclave, que tem 360 quilômetros quadrados e abriga 1,8 milhão de pessoas, uma das maiores densidades populacionais do planeta. Em Gaza falta tudo, de comida a água, de energia elétrica a medicamentos e material de construção. Israel não deixa entrar.

A população de Gaza – assim como a da Cisjordânia – é herdeira de uma tragédia que vem se prolongando na Palestina há 70 anos. Desde a década de 1930, a população autóctone – os palestinos – foi atacada pelo terrorismo de organizações judaicas como Palmach, Irgun, Lehi e a Gangue Stern. O objetivo era abrir espaço vital para a invasão e ocupação de emigrantes judeus da Europa. Os camponeses árabes que não venderam suas terras à Agência Judaica foram forçados, à bala, a deixar suas aldeias para não morrer.

O Hamas foi fundado em 1987, quase quatro décadas após a fundação do Estado de Israel. Os palestinos já haviam sofrido quarenta anos de invasão, ocupação, terrorismo de estado, destruição, êxodo forçado, humilhações e morte. O Hamas é consequência da ocupação, não sua causa. Porém, ecoando o discurso de Tel Aviv e Washington, a “grande mídia” brasileira imputou a ele, cnicamente, a culpa pelos ataques de Israel e pela morte de civis palestinos.

Ao esconder da opinião pública a origem histórica do conflito e imputar aos palestinos a culpa por sua tragédia, a “grande mídia” não atenta, apenas, contra o direito à informação dos brasileiros. Torna-se cúmplice de um genocídio.

Arquivo pessoal



***Omar Nasser Filho é jornalista, economista e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)**

As opiniões aqui publicadas não refletem necessariamente a posição do Sindijor, são de responsabilidade do próprio autor. Envie também seu artigo: extrapauta@sindijorpr.org.br

VISITA

Diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas visitou o Sindijor

Em julho o SindijorPR recebeu a visita do diretor de comunicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. O jornalista Gildemir Lima buscou junto aos diretores paranaenses informações sobre a criação do “Dia do Preto e Roxo”, que faz parte das ações da atual campanha salarial do SindijorPR. Segundo o jornalista, em Minas, onde o piso é diferenciado, a luta dos trabalhadores é pela unificação.

De rápida passagem por Curitiba, o jornalista mineiro destinou um tempo para visitar o Sindijor e falar do projeto de um bicicletário, que já foi inaugurado no Sindicato mineiro. “Sou bike-ativista e hoje meu objetivo é fazer o máximo de jornalista pedalar. A bike ajuda a melhorar a qualidade de vida urbana e a nossa saúde. Em várias cidades do mundo está sendo reintroduzida como parte da política de mobilidade”, contou Lima.



Regis Luís Cardoso

EXPEDIENTE

Extra Pauta é órgão de divulgação oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.
ISSN: 1517-0217. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/PR. CEP 80010-000.
Fone/Fax: (041) 3224-9296.
E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br | extrapauta@sindijorpr.org.br
Jornalista responsável: Regis Luis Cardoso (MTB 5849)
Edição Gráfica e ilustrações: Simon Taylor | www.ctrlscomunicacao.com.br
Impressão: Grafnorite | Tiragem: 1.500 exemplares
Data de fechamento desta edição: 24/03/14

Sindijor cria lista de irregularidades das empresas paranaenses

Em trabalho conjunto, Curitiba e Londrina, junto às Subseções de Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa computaram denúncias de irregularidades patronais. Também Apucarana, Maringá e Marechal Cândido Rondon enviaram relatos de desmandos nas empresas de comunicação

Nos últimos meses o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná recebeu denúncias e fiscalizou meios de comunicação do estado. A entidade constatou que empresários de praticamente todas as regiões ferem o direito dos jornalistas. O trabalho em conjunto envolveu as Subseções de Cascavel, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, com ajuda dos jornalistas de Maringá, Marechal Cândido Rondon e Apucarana. Também o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná enviou informações. No documento, as ações movidas pelo Sindijor contra os empresários foram agregadas.

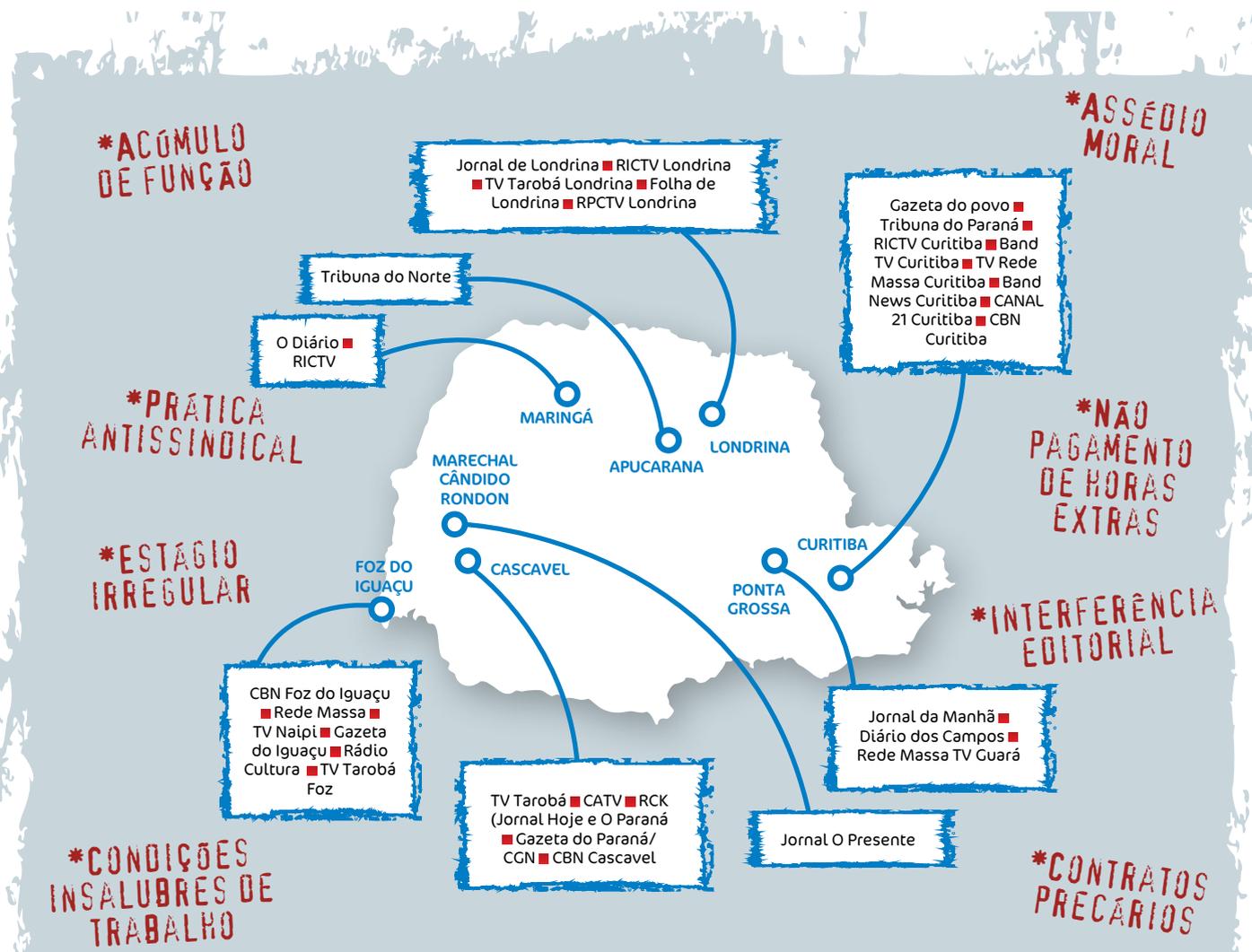
“Hoje o Sindicato não tem condições de fiscalizar todas as empresas do estado. Dessa forma, precisa da colaboração dos jornalistas através de denúncias anônimas informando tais fraudes trabalhistas”, explica Ivonaldo Alexandre, diretor de fiscalização do Sindijor. O diretor acrescenta que a maioria das empresas contrata jornalistas como analista de comunicação ao invés de registrá-lo. “Assim, não respeitam a carga horária de 5 horas e o piso da categoria”, completa.

De acordo com as informações da lista, que está disponível na íntegra no site do Sindijor (www.sindijorpr.org.br – Menu/Topo: Documentos => Gerais), no segmento jornal impresso, as irregularidades mais comuns são: não pagamento de horas extras, acúmulo de função e registro de diagramadores como paginadores. Na TV, registro de “cinegra” como operador de câmera, não pagamento de horas extras e acúmulo de função. Já em Rádio, novamente acúmulo de função e não pagamento de horas extras aparece com mais frequência.

PANORAMA

Para entender a situação geral da profissão, principalmente no interior do estado, o Diretor do Interior do Sindijor, Julio Carignano, explica: “atualmente os jornalistas sofrem grande pressão psicológica. Convivem com casos crescentes de assédio moral de empregadores ou colegas em chefia. São ameaças, ingerências, pressões, práticas antissindicalistas que colocam alguns colegas em estado de inércia”. Carignano acrescenta que as trabalhadoras sofrem represálias: “infelizmente, nas cidades do interior, em especial no oeste e sudoeste do Paraná, os empregadores ainda pensam que são coronéis”.

PONTA GROSSA: além de práticas como: exploração do estágio, registro de diagramadores como paginadores, não pagamento de horas extras e acúmulo de função. Um fato recorrente e que fere a Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas é a prática antissindical. Isso acontece quando membros do Sindijor são impedidos de fazer visitas aos trabalhadores. “Os empresários vêm atrapalhando bastante o trabalho sindical na nossa região. As empresas ferem os direitos coletivos dos jornalistas. Estamos sugerindo como alternativa que façam denúncias, já que a prática dos empregadores é de inviabilizar nossa atuação. Se eles fazem isso é porque tem coisa errada nos locais de trabalho”, explica Manoel Moabis, diretor do Sindijor – Subseção Campos Gerais.



LÍDERES DO QUE HÁ DE PIOR

TV TAROBÁ:

- repórteres cinematográficos acumulam função de motorista
- repórteres cinematográficos registrados como operadores de câmera
- editores e produtores não recebem os 30% de adicional
- operadores de câmera desempenham função de repórter cinematográfico
- Dia da Bondade: feriado de Corpus Christi, funcionários não podem registrar o ponto, “doam” o dia de trabalho - empresa determina as férias do empregado e, obrigatoriamente, 20 dias. Funcionário não tem direito de escolher a data e nem se quer tirar 20 ou 30 dias.
- pagamento abaixo do piso salarial
- não pagamento de horas extras
- desvio e acúmulo de função
- contratação sem registro em carteira de trabalho
- assédio moral
- excesso de estagiários substituindo profissionais
- carga horária acima das 5 horas

BAND NEWS CURITIBA:

- Acúmulo de função: todos os repórteres acumulam as funções de pauteiro, editor, sonoplasta, operador, apresentador. Sem ganhar adicional por nada disso.
- Não existe plano de cargos e salários, mesmo para quem está aqui desde que a rádio foi aberta. Todos os jornalistas registrados ganham o mesmo piso, sem diferenciação de cargos.
- Há jornalistas contratados como “produtor”, ganhando abaixo do piso, que foram orientados a não fazer horas extras, por isso fazem e não registram as horas a mais, portanto, não ganham. Além disso, este profissional também acumula todas as funções ditas acima.
- GRANDE interferência do setor comercial no conteúdo jornalístico. Os jornalistas têm que gravar spots comerciais com conteúdo pseudo-jornalísticos, sem ganhar a mais por isso.
- Matérias censuradas na área de política, por motivos pessoais da diretoria.
- Por proibição da diretoria, não podemos contar com a ajuda e participação das equipes da TV Band e do Jornal Metro, que também fazem parte do Grupo Bandeirantes de Comunicação.
- Condições insalubres de trabalho: paredes de isolamento acústico que nunca foram limpas. Carpetes que poucas vezes são aspirados. Os equipamentos de ar condicionado raramente têm os filtros limpos. Aranhas marrom no estúdio, quando estamos no ar.
- Falta de segurança nos plantões de fim de semana (o jornalista de plantão fica completamente sozinho na rádio).

DENUNCIE: extrapauta@sindijorpr.org.br



Trabalhadores jornalistas exigem respeito dos “donos da mídia”

A negociação entre jornalistas e empresários está travada no Paraná. Nas assembleias pelo estado muito se discutiu e a conclusão é que os jornalistas querem e têm direito a aumento real e cláusulas sociais. A categoria rechaçou, mas os patrões mantêm a contraproposta

Nas ruas de Curitiba, Londrina e Cascavel, a panfletagem dos jornalistas fez com que a categoria sentisse o que a sociedade pensa da profissão. Ao conversar com as pessoas, os #jornalistasmobilizados explicaram que ao ler os jornais, assistir noticiários na TV e ouvir o rádio, a sociedade se informa sobre as mais diversas lutas. Isso foi consenso.

Agora ao perguntar: você conhece a realidade dos jornalistas? Dos trabalhadores que produzem a informação? Todos, sem ressalva, respondiam que não conheciam essa realidade. Quando o cidadão parou para refletir sobre isso, concordou que realmente os problemas dos trabalhadores que produzem a informação não são de conhecimento da sociedade.

DOCUMENTO

No início de agosto os Sindicatos que defendem os jornalistas no Paraná encaminharam documento aos representantes das empresas de comunicação. Os jornalistas paranaenses não aprovam a contraproposta patronal de assinatura da CCT 2014 apenas com reposição da inflação. O patronal respondeu dizendo que mantém a contraproposta apresentada no último encontro.

“A posição dos patrões é mais um sinal claro de que no negócio do jornalismo o que menos importa é garantir condições mínimas para quem constrói a notícia, logo as empresas não têm o jornalismo como atividade fim e sim o interesse particular dos donos”, conclui o presidente do Sindijor.

#JORNALISTASMobilizados: para o Sindijor e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná a luta dos trabalhadores continua. A mobilização é de caráter estadual. As assembleias em Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Londrina mostraram que os trabalhadores lutam pelas mesmas demandas. A categoria rechaça completamente a posição patronal.

JORNALISTAS NA RUA: Mesmo com a correria do dia a dia, em Curitiba os trabalhadores fizeram panfletagem. O objetivo do ato, que também ocorreu em Londrina e Cascavel, foi levar à sociedade a realidade da profissão. “Quem ganha com a valorização dos jornalistas é a sociedade. Nós queremos tornar público os problemas que os profissionais passam no dia a dia”, explica Guilherme Carvalho, presidente do Sindijor.

Para o Sindijor, enquanto os empresários da comunicação ampliam seus lucros, os jornalistas do Paraná, há anos, têm seus salários

defasados. A atual negociação da categoria está travada em virtude da intransigência dos patrões que se negam a renovar a Convenção Coletiva de Trabalho com 1% de aumento real! O patronato aceita conceder apenas 4,68% referente à inflação medida pelo INPC/FGV do período.

A direção do Sindicato e todos os jornalistas paranaenses fazem a mesma pergunta: por que tanta intransigência para fechar uma CCT com aumento real?

Denúncias que chegam ao Sindijor mostram que o trabalhador jornalista convive diariamente com acúmulo de trabalho, pressão, jornada excedente, horas extras não pagas, falsos estágios, assédio moral, ameaças, ingerência de terceiros, desrespeito e precarização.

PRETO E ROXO: as cores do #jornalistasmobilizados ficaram estampadas na fachada do Sindijor e também nos mais diversos pontos turísticos de Curitiba. Os jornalistas em seus locais de trabalho aderiram à ação dos Sindicatos pelo estado. Ainda na capital paranaense, os diretores fizeram uma verdadeira peregrinação pela cidade, entregando ‘Carta Aberta à População’, além de colher assinaturas da sociedade contra a redução do piso. Os atos foram feitos na Feira do Largo da Ordem, no Parque Barigui, no estádio Couto Pereira em Curitiba e no Estádio do Café em Londrina.

Regis Luís Cardoso



■ Jornalistas panfletando na Boca Maldita em Curitiba

Os patrões dividem o ônus e levam o bônus

■ Dados do Projeto Inter-Meios, instituto que faz levantamentos do volume de investimento publicitário em mídia no Brasil, no segundo semestre de 2013 os números, no acumulado entre janeiro e novembro, apontam que faturamento dos donos da mídia cresceu 6,1%. Entre janeiro e novembro, os veículos receberam um investimento total de R\$ 29.045 bilhões. Desse montante, a maior parte (67%) continua nas mãos da Televisão, que acumulou crescimento de 9,4% até novembro de 2013. No segmento Rádio o crescimento também foi positivo, aumentando em 10,3% seu faturamento.

CENÁRIO: Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2013 aproximadamente 95% das negociações conquistaram reajustes acima da inflação medida pelo INPC-IBGE, 685 pisos salariais analisados pelo Departamento tiveram reajuste acima do INPC. O reajuste médio foi de 2,8 pontos acima da inflação.

Este ano, as empresas de comunicação propuseram apenas a inflação, indo na contramão da maioria das categorias que conquistam reajustes acima do índice reposto. A tendência era superior em 2012, quando os aumentos reais atingiram quase 98% das categorias.

O comparativo entre os períodos é que em 2013 os ganhos foram, em média, de 2,8% acima do INPC-IBGE, em 2012 os ganhos foram de 5,6%. No Paraná, 56,20% dos jornalistas empregados em meios de comunicação têm uma média salarial de R\$ 1.881,67, um valor R\$ 723,53 abaixo do piso do jornalista, que é R\$ 2.605,20.

“FALSO ESTÁGIO”: Outro tema que os empresários fogem é o estágio em jornalismo. O que deveria ser encarado como a atividade formativa, mostra-se diferente na realidade. “No interior do Estado, as redações de jornais, rádios, televisões, sites e assessorias estão cheios de estagiários sendo utilizados como mão-de-obra barata pelos donos da imprensa”, explica Julio Carignano, diretor do interior.

“Ditabranda”

Os anos não foram de chumbo para a Folha de S. Paulo

Livro mostra como a Folha, do regime militar até os dias atuais, se apropriou de momentos históricos para construir sua identidade

EXTRA PAUTA: Após sua pesquisa, qual a conclusão sobre a atuação da Folha de São Paulo durante a ditadura militar no Brasil?

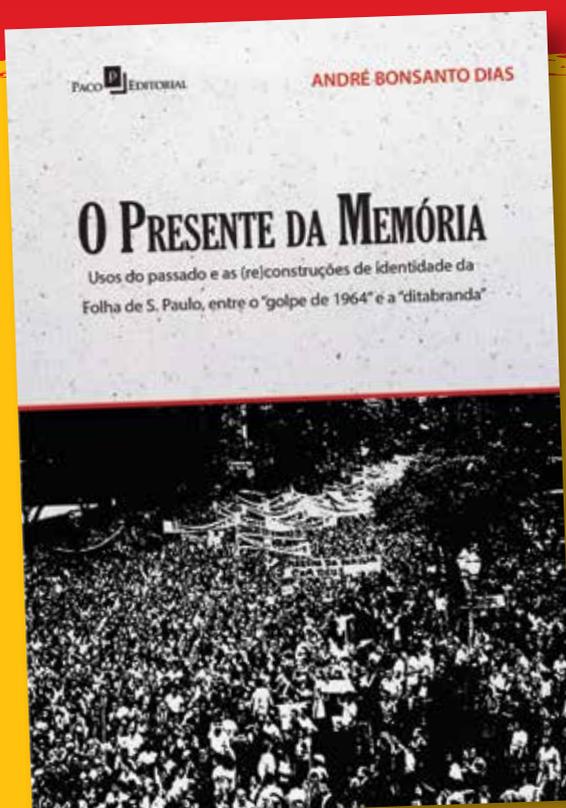
André Bonsanto Dias: A Folha é um jornal que gosta de produzir sua história. E essa história foi construída, sobretudo, pela propagação de algumas memórias que se tornaram hegemônicas sobre o período. A mais consolidada e que em tese define a identidade que o jornal pretendeu construir ao longo dos anos foi a que o identificou como o “jornal das diretas”. Mas um dos pontos que minha pesquisa tentar abordar é que a memória não é involuntária, ela é articulada para objetivos bem específicos. Desta forma, ela é também passível a manipulações e abusos e o jornal trabalhou, de forma sutil e, por vezes complexa e conturbada, com as próprias memórias do regime militar. Entender como o jornal construiu uma imagem frente ao regime é entender seus próprios jogos, usos e apropriações de identidade. Ao se afirmar o “jornal das diretas” a empresa tenta vender-se, obviamente, como o jornal “que não apoiou a ditadura”. Esse é um discurso comumente empregado pela empresa durante o período de redemocratização e que perdura até hoje. Mas se pegarmos - para nos atermos em apenas um exemplo - as comemorações dos 10 anos da “revolução” em 1974 (era assim que o jornal ainda nomeava a ditadura naquele momento), veremos claramente que o jornal ainda apoiava de forma explícita o regime. É um processo complexo e que, pela utilização seletiva da lembrança e do esquecimento se torna facilmente manipulável. O que procuro é, pelas próprias lembranças do jornal sobre o período, desmistificar um pouco algumas dessas questões.

EP: A linha do tempo do seu livro passa pelos anos de chumbo e vai até o momento democrático no Brasil. Qual a importância da Folha em ambos os contextos?

ABD: Podemos dizer que a Folha vivenciou muito mais o “milagre econômico” do que os “anos de chumbo”. Existiam duas percepções sobre o regime naquele momento. Aqueles que acatavam que se autocensuravam, não tiveram problemas. A Folha no período do “milagre” ainda apoiava o regime e muito se beneficiou com ele. Este é o momento, inclusive, de grande expansão tecnológica da empresa. Obviamente que, para prosperar, o jornal deveria manter uma posição de proximidade com o governo. O Estado autoritário também precisava de um sistema de comunicação sólido e a Folha não é exemplo único nesta questão, obviamente. É o exemplo máximo da modernização conservadora proposta pelos militares, que beneficiou grande parte dos grupos de mídia hegemônicos que atuam hoje em nosso país. Creio que este período deveria ser mais esclarecido, fugindo dos maniqueísmos. É ele que silencia as versões e coloca/cristaliza a imagem da empresa como a porta-voz da redemocratização, por exemplo.

EP: Você acha que o jornal colaborou “mais” para a manutenção dos militares no poder ou pela democratização do país?

ABD: Ela teve uma atuação ambígua e complexa. É difícil nos atermos aos termos de contra e/ou a favor. Ela apoiou até quando achou necessário ou “rentável”. O que precisa ser esclarecido é que, assim como grande



A inquietude é um dos fatores que faz do pesquisador um caçador de informação. Há sempre algo que surge e desperta o interesse específico por um acontecimento. André Bonsanto Dias, atualmente Doutorando em Comunicação pela Universidade Fluminense (RJ), teve sua inspiração.

Era 2009 quando Bonsanto se intrigou sobre a memória da imprensa. Mais precisamente sobre como os meios de comunicação costumam relatar seu passado. “Ao acompanhar o caso da “ditabranda”, percebi ali uma situação particular para estudar essas relações. Uma vez que suas repercussões foram breves e logo silenciadas. Então parti para um estudo mais aprofundado sobre o caso”, explicou o publicitário e historiador formado na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

A pesquisa virou dissertação de mestrado e agora livro. “O Presente da Memória – Usos do passado e as (re) construções da identidade da Folha de São Paulo, entre o ‘golpe de 64’ e a ‘ditabranda’” foi produzido entre 2010 e 2012, período em que o pesquisador tornara-se Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

“ O que procurei foi realizar uma espécie de ‘histórias das memórias’ da Folha. Para isso, foi preciso compreender as memórias construídas pelo jornal ao longo do regime - desmistificando algumas versões hegemônicas ”



André Bonsanto Dias

Em Curitiba o livro “O Presente da Memória” será lançado durante o VI Enpecom – Encontro de Pesquisa em Comunicação da UFPR, no dia 10 de outubro. Antes, será lançado no XXXVII Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, dia 4 de setembro em Foz do Iguaçu.

parte de nossa imprensa, esses jornais não apoiaram apenas o golpe. Apoiaram o golpe e o regime, o que é uma grande diferença. Nosso processo de redemocratização se deu sem rupturas. Então é possível dizer que ainda mantém fortes traços do autoritarismo vigente naqueles anos. A Folha ajudou no processo de redemocratização porque ele se deu de forma sutil, lenta, gradual e, acima de tudo, segura. Ela não tomou uma iniciativa arriscada, combativa. Pelo contrário, houve uma espécie de acordo tácito entre a empresa e o regime. Um ajudou a garantir a legitimidade do outro. Havia ali, além de um jogo político, claro interesse de mercado. Era um caminho praticamente inevitável, bem diferente do que aconteceria no conturbado contexto do golpe, em 1964.

EP: A razão por falarem em “ditabranda” é que, segundo a Folha, no Brasil os militares foram mais “suaves” que em outros países latinos. O que realmente isso quer dizer? Que a Folha não passou por censura?

ABD: Quer dizer que a ditadura foi realmente “branda” com a Folha. Ela não foi cerceada pelos militares, salvo em algumas ocasiões pontuais, o que era praxe. A Folha é o que é hoje graças à proposta de modernização conservadora do regime. Brinca-se, inclusive, que a Folha da Tarde - jornal do grupo que circulou em sua segunda fase de 1967 a 1999 - era o jornal de “maior tiragem” da época, visto que era onde a maior quantidade de “tiras” trabalhava. Enfim, a Folha deflagrou o óbvio ululante, mas não da maneira e nem no contexto mais apropriado.

EP: Qual sua posição em relação a chamada “ditabranda” descrita pela Folha?

ABD: A utilização do neologismo pegou mal para a empresa. Foi uma afirmação infeliz e desnecessária, ainda mais em um país que tem uma relação má resolvida com seu passado recente. Ela surgiu em outro contexto (em um editorial que desferia crítica ao então governo de Hugo Chávez), mas fez ressurgir um debate sobre o papel de nossa imprensa e sua atuação ao longo do regime militar no Brasil que há tempos não se via. Na época, se afirmava que o caso teria causado a maior crise de credibilidade da história da empresa. Verdade ou não, é evidente que a repercussão do caso ajudou a desconstruir um pouco a identidade que a própria empresa tentou consolidar sobre ela ao longo dos anos.

EP: Algo mais que gostaria de acrescentar?

ABD: Creio que esse assunto não se esgotou. Com as efemérides dos 50 anos do golpe e as repercussões da Comissão Nacional da Verdade vemos que há muito ainda a se evidenciar sobre as complexas relações costuradas ao longo da ditadura. Com a entrega do relatório da Comissão proposto para o final do ano e sua possível sugestão de revisão da Lei da Anistia, acredito que muita coisa voltará a ser pautada com reconhecida força no campo midiático. As políticas de memórias utilizadas por nossa grande imprensa nesse contexto são salutares neste sentido. Realizado o mea culpa é como se elas se sentissem à vontade agora, de mãos lavadas, para discutir um acontecimento que ainda nos incomoda.

PASSARALHO

A vergonhosa e irresponsável demissão em massa do Grupo RBS

A Fenaj e os Sindicatos dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, com apoio dos Sindicatos do Paraná e do Norte do Paraná/Londrina, manifestaram indignação e protesto pela atitude do maior grupo de comunicação do sul do país

Demissão em massa de 130 trabalhadores. Esta ação do Grupo RBS atingiu principalmente o segmento de jornais impressos. A contradição: ao mesmo tempo em que o presidente do Grupo fazia as demissões, também comunicava seus “colaboradores” sobre o excelente momento vivido pela empresa. A postura totalmente descabida da RBS terá como consequência a mobilização das entidades que defendem os jornalistas. Em conjunto, Fenaj e Sindicatos acionarão a justiça para assegurar os direitos dos trabalhadores.

Sob o argumento de preservação do seu projeto empresarial, o Grupo RBS optou por mandar centenas de “colaboradores” para o olho da rua. Agora o Grupo caminha para a prática de fazer “jornalismo” sem jornalistas. Para as entidades que defendem os trabalhadores, o comunicado do diretor presidente do Grupo RBS soa como um deboche. Ao enfatizar que a RBS não passa por uma crise financeira, ele afirma que as 130 demissões são necessárias para buscar maior produtividade e eficiência, “principalmente na operação de jornais”. Para bom entendedor, significa ampliar o lucro com a redução de pessoal e sobrecarga de trabalho aos que permanecerem no quadro de funcionários.

Em nenhum momento o Grupo RBS procurou as entidades representativas dos trabalhadores para discutir alternativas que evitassem as demissões. Os quatro Sindicatos de Jornalistas do sul do país estão, neste momento, em negociação salarial com as empresas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Nos três estados, o comportamento patronal tem sido semelhante: intransigência, desrespeito e desvalorização do trabalho dos jornalistas. Os patrões espalham o terror, com ameaças e efetivação de cortes como esses ocorridos no Grupo RBS, buscando desmobilizar a categoria e obrigá-la a se sujeitar precarização da profissão.

PRÁTICA ANTISSINDICAL: representantes da FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina foram impedidos de entrar na redação do Diário Catarinense, em Florianópolis, no dia 07 de agosto. Os sindicalistas foram se solidarizar com os jornalistas, mas foram barrados por determinação vinda da sede da RBS em Porto Alegre. O assessor jurídico da RBS, Ary dos Santos, informou que o responsável pela autorização de entrada na redação não se encontrava no prédio e por isso os representantes da categoria não poderiam entrar.

O presidente do Sindicato de SC, Valmor Fritsche, explicou ao jurídico da empresa que o livre acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho dos jornalistas está previsto em Convenção Coletiva da categoria e que qualquer outra chefia poderia autorizar. “Esta convenção não vale nada”, reagiu o advogado. Questionado sobre estar ciente de que a empresa estaria “comprando uma briga” desnecessária com o Sindicato da categoria e rasgando a Convenção, o funcionário da RBS finalizou: “É posição da empresa, vocês não entram, e ponto”.

RBS É CONDENADA: A Justiça condenou a RBS - Zero Hora Editora Jornalística, em Santa Catarina, a pagar indenização por danos morais coletivos, no valor de R\$ 1,5 milhão. A sentença é favorável à Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho ajuizada pela procuradora Dulce Maris Galle, em decorrência de várias irregularidades trabalhistas, como: excesso de jornada e a não observância das folgas aos seus funcionários de acordo com a lei.

A denúncia chegou ao MPT em 2009 e após a instauração do inquérito foram comprovadas as irregularidades de jornada. Por mais de uma vez foi proposta a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para a empresa corrigir as falhas trabalhistas apontadas. Com a recusa, coube ao MPT o ajuizar a ação civil, agora sentenciada pela justiça. Da decisão cabe recurso.

Edilson Rodrigues - Agência Senado



Parer favorável à PEC do Diploma foi apresentado no início de agosto

PEC DO DIPLOMA

Conselho de Comunicação Social aprova exigência do diploma de jornalista

Um importante passo em direção à volta do Diploma de Jornalistas foi dado no início de agosto. O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) deu parecer favorável às Propostas de Emenda à Constituição 33/2009 e 386/2009, que determinam a exigência de diploma para exercício da profissão de jornalista

O item mais polêmico em pauta na CCS foi apresentado pelo presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Augusto Schröder. O resultado do debate foi seis votos favoráveis e quatro contrários às Propostas de Emenda. O assunto já havia sido debatido na Comissão Temática da Liberdade de Expressão do Conselho de Comunicação Social, que a época se manifestou contra a obrigatoriedade do diploma.

O exercício profissional do jornalismo é regulamentado pelo Decreto-Lei 972/69, e pelo Decreto 83.284/79. A profissão prevê a formação de nível superior específica em Jornalismo como requisito para o exercício profissional, mas foi modificada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou a exigência institucional.

Segundo Schröder, enquanto foi norma no Brasil, a exigência da formação nunca impediu o direito à opinião e à livre manifestação do pensamento,

nem a colaboração, especializada ou não, nos meios de comunicação social: “vale ressaltar, ainda, que os parlamentares estão exercendo a função para a qual foram eleitos: legislar, inclusive modificando a Constituição Federal, naquilo que for necessário para o ordenamento constitucional e infraconstitucional, com vistas ao aperfeiçoamento da democracia brasileira”, completa o presidente da Fenaj.

Favorável à exigência do diploma, o vice-presidente do conselho, Fernando César Mesquita, atua no jornalismo desde os 15 anos de idade, antes mesmo da regulamentação da profissão. Ele argumentou que a formação é um instrumento importante, inclusive para ampliar os horizontes do profissional. “Até porque as novas mídias precisam de muita atenção e cuidado”, ponderou Mesquita.

As Propostas de Emenda à Constituição 33 e 386/2009 ainda aguardam aprovação na Câmara dos Deputados.

(Fonte: Agência Senado)

COMISSÃO DE DIREITO SINDICAL

OAB Paraná quer focar em debates com sociedade e capacitação

A OAB Paraná instalou no fim de julho a Comissão de Direito Sindical. Presidida pelo advogado André Passos, o foco será a inserção do Direito Sindical nos debates com a sociedade e a capacitação do advogado em temas atuais da área. “A melhoria das condições das relações de trabalho se dá através do entendimento entre os sindicatos dos empresários e dos trabalhadores. As grandes paralisações do serviço público, as campanhas salariais, a própria concorrência dos produtos brasileiros com outros países, tudo isso decorre de uma relação muito forte com o Direito Sindical”, explica Passos.

O desafio da comissão é qualificar os

advogados do Paraná para estes temas e defender um Poder Judiciário mais capacitado para atender os interesses da sociedade e dos advogados, com uma estrutura voltada à agilidade da solução dos problemas coletivos. A Comissão de Direito Sindical é composta pelos advogados Celio Pereira Oliveira Neto (vice-presidente), Suzana Valdenir Perboni (secretária), Joelcio Flaviano Niels, Luara Soares Scalassara, Luis Alberto Goncalves Gomes Coelho, Marco Antonio Guimarães, Mauro Jose Auache, Priscilla Menezes Arruda Sokolowski, Roberta Abagge Santiago, Ronilson Fonseca Vincensi, Sandro Lunard Nicoladeli e Sidnei Machado.

ILEGAL

CNT arrenda até 92% da grade para Igreja Universal mesmo com outorga vencida

O caso da Rede CNT e a venda de horários na sua grade e estações de rádio para igrejas vêm dando o que falar. O Ministério Público está com investigações em andamento, já que esse tipo de arrendamento viola a lei nº 8666/83, que regula licitações e contratos de concessão pública. Vale lembrar que a CNT está com sua outorga vencida desde 2007.

Para o Sindijor e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Norte do Paraná, o principal detalhe exposto neste caso é o seguinte: de acordo com o parágrafo 5º do artigo 31 da lei 8666, “o vencedor do processo licitatório deve comprovar qualificação econômico-financeira para a atividade

à qual se propõe a prestar”. Isso significa que as empresas de comunicação, ao serem criadas, tem a obrigação, por lei, de pagar o piso da categoria.

Outro trecho que chama a atenção: Segundo o deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), a primeira ilegalidade é a mesma apontada pelo Ministério Público: “sublocação” de concessão pública. A segunda ilegalidade, de acordo com o deputado, é que a emissora está locando o tempo para finalidades diferentes do que foi definido na concessão. “É duplamente ilegal. E se elas alegam que esse tipo de comércio é feito para salvar suas finanças, eles nem deveriam ter concessão”.

CASCAVEL

Sindijor repudia veiculação de imagem de criança com braço dilacerado

O Sindicato repudia de forma veemente a veiculação, por parte do jornal Integração de Cafelândia, de imagem forte da criança que foi atacada por um tigre do zoológico de Cascavel

Através da subseção Cascavel, o Sindijor mostrou indignação em relação à postura do jornal Integração. O veículo passou a circular nas redes sociais, no fim do mês de julho, imagem do garoto de 11 anos com o braço completamente dilacerado. As fotos são do momento em que o menino era atendido pela equipe do Hospital Universitário.

Ao exibir tal imagem, o veículo não somente viola o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também fere a ética jornalística e desrespeita toda a sociedade. O dever de levar informações de interesse público à sociedade não inclui o direito de expor vítimas em tal situação. A veiculação de tal imagem não agrega em nada ao acesso à informação, direito de qualquer cidadão. Para o Sindicato, tal publicação não tem outra justificativa senão a

busca desenfreada por audiência.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece em seu Capítulo II, que o jornalista em sua conduta profissional “deve respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Já no Capítulo III, é estabelecido que o jornalista “não pode divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”.

Não é admissível compactuar com o desvirtuamento do papel do jornalismo para as sociedades democráticas. Os veículos de comunicação devem ter responsabilidade pela divulgação de materiais, não devendo servir como exploração da desgraça e do sensacionalismo.

FOZ DO IGUAÇU

Subseção aciona Ministério do Trabalho

O SindijorPR iniciou uma nova frente de combate às irregularidades trabalhistas nas empresas de comunicação e órgãos públicos de Foz do Iguaçu. A Subseção Regional acionou o Ministério do Trabalho e Emprego para mediar mesas redondas para cobrar os direitos dos trabalhadores.

A primeira mesa redonda foi com o Hospital Municipal de Foz do Iguaçu, ocorrida na quinta-feira, dia 17. As duas próximas negociações serão com as sucursais iguaçuense da TV Tarobá e da

CATVE. Os encontros estão marcados para a quinta-feira, dia 24, no Ministério do Trabalho e Emprego. Pelo menos outras três outras empresas e instituições serão intimadas neste mês.

A ação busca reivindicar direitos como enquadramento de função do jornalista (hoje é comum a contratação irregular com outras profissões); pagamento de piso salarial e jornada de cinco horas, pagamento de hora extra. Também visa combater o acúmulo de função e assédio moral.

FISCALIZAÇÃO

Sindijor notifica 24 empresas por descumprimento da CCT e CLT

O Sindicato encaminhou em julho às empresas de comunicação notificação por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho dos Jornalistas do Paraná e da legislação trabalhista. Estão sendo notificadas sete empresas de televisão sobre o registro de repórteres cinematográficos e acúmulo de função; e 17 de impressos em todo o Paraná sobre enquadramento de diagramadores. “Essa é uma ação de extrema importância para regularizar a situação dos jornalistas no estado”, explicou Guilherme Carvalho, presidente do Sindicato.

REPÓRTERES CINEMATOGRÁFICOS: Sindijor notifica empresas pelo descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e da legislação trabalhista quanto ao enquadramento profissional e acúmulo de função dos repórteres cinematográficos. Vale ressaltar a cláusula vigésima sexta da CCT que define: “As empresas ficam obrigadas a registrar em carteira ou contrato de trabalho a função exercida pelo jornalista, nos termos do Decreto número 83.284/79, artigo 11”.

DIAGRAMADORES: Sindijor notifica empresas pelo descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e da legislação trabalhista quanto ao enquadramento profissional dos diagramadores. Por desconhecimento ou por má-fé algumas empresas estão registrando os diagramadores como

paginadores. O prejuízo ao profissional está na determinação incorreta de sua representação profissional que deve ser exercida pelo Sindijor e não pelo sindicato de radialistas.

ACÚMULO DE FUNÇÃO

Atualmente chega ao Sindijor diversas denúncias sobre o acúmulo de função dos “cinegras”. Por exemplo: repórteres cinematográficos trabalhando também como motorista. É importante entender que há grave irregularidade nessa prática, já que são duas categorias distintas, com representações sindicais e responsabilidades diferentes. Nem mesmo as negociações, acordos e convenções coletivas têm qualquer relação. Os jornalistas (repórteres cinematográficos) são representados pelo Sindijor e os motoristas pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Curitiba (Sindicoadutores).

ABSURDO: outra questão é que muitos repórteres cinematográficos estão sendo responsabilizados por multas ou danos aos veículos das empresas. Ou seja, além do trabalhador acumular função, está sendo punido! Vale ressaltar que o profissional precisa dirigir e pensar na cobertura jornalística (captação da imagem), como consequência, o Sindijor tem registrado aumento de acidentes de trânsito envolvendo jornalistas.

JUSTIÇA

Band Curitiba condenada a pagar R\$ 300 mil

Denúncia encaminhada pelo Sindijor ao MPT, em 2011, está comprovada. Agora a empresa de comunicação terá que pagar por práticas fraudulentas como contratação de jornalista como pessoa jurídica (PJ) e repórter cinematográfico como operador de câmera, além de danos morais



Uma Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT da 9ª Região – 7ª Vara do Trabalho de Curitiba; condenou a Televisão Bandeirantes do Paraná LTDA a pagar indenização de R\$ 300.000,00, valor destinado ao Fundo do Ministério Público do Trabalho. A condenação é por danos morais, contratação de jornalista como pessoa jurídica (PJ) e repórter cinematográfico como operador de câmera. Segundo investigação, a Band foi condenada por “coagir, impor, ou usar de ardis que visem à inibição do direito de discutir as condições de trabalho impostas aos seus colaboradores” (redação: Ricardo José Fernandes de Campos - Juiz do Trabalho).

DANOS MORAIS: “Evidente que os ilícitos praticados pela empresa ré (Band) causaram dano social e o ressarcimento desse dano pode ser determinado na presente ação” (redação: Ricardo José Fernandes de Campos - Juiz do Trabalho). De acordo com a investigação, a empresa de comunicação usava “mão-de-obra de forma fraudulenta, mediante a contratação de jornalista como pessoa jurídica e os coibindo de questionarem essa situação perante o Sindicato de classe e o MPT, sob pena de demissão, gerando risco à efetividade do direito trabalhista, causando, por conseguinte, dano social”.

“A realidade da profissão mostra várias situações como esta. Esperamos após essa decisão, receber mais denúncias vindas do trabalhador. Assim, o Sindicato pode representar os jornalistas contra os absurdos praticados por alguns empresários”, explica Guilherme Carvalho, presidente do SindijorPR. Na conclusão do Juiz do trabalho, ainda consta que a maior preocupação “são as atitudes deliberadas de empresas (que não têm problemas econômicos) de descumprir seu papel social. As terceirizações, subcontratações fraudulentas, pejotização dos serviços, falências fraudulentas, táticas de fragilização do empregado, têm imposto a milhões de cidadãos brasileiros um enorme sacrifício quanto a seus direitos”.

PEJOTIZAÇÃO E ‘CINEGRA’: A fraude praticada pela Band é conhecida como “pejotização”. Segundo a Justiça do Trabalho, esta é uma modalidade de “terceirização” em que os trabalhadores são contratados como “empresa” para dissimular o contrato trabalhista. A empresa de comunicação também contratava profissionais de imagens externas para utilização em matérias jornalísticas como operadores de câmera; outra fraude, já que essa função é reconhecida como de repórter cinematográfico e o trabalhador tem os mesmos direitos do jornalista.

INVESTIGAÇÃO: Após denúncia encaminhada pelo Sindijor ao Ministério Público do Trabalho (23/11/2011), as devidas inspeções iniciaram. Na época, a Band dispensou os trabalhadores ouvidos pela justiça. Após recolher provas, o MPT constatou que a Band sempre empregou jornalistas como pessoa jurídica (atualmente a empresa regularizou seus empregados, reconhecendo assim que praticava a ilegalidade). Após o ajuste de conduta por parte do meio de comunicação, os trabalhadores jornalistas passaram a receber o piso da categoria e cumprir a jornada de cinco horas diárias. Caso a Band pratique contratação irregular de jornalistas como pessoa jurídica ou repórter cinematográfico como operador de câmera, receberá multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais), o mesmo valor é válido caso a empresa pratique novos assédios morais.

Inscrições abertas em 1º de setembro



O Prêmio Sangue Bom é um instrumento motivador para a categoria. O Sindijor procura reconhecer os trabalhos de qualidade, sempre com o objetivo de valorizar a profissão e o profissional. A proposta é premiar os melhores trabalhos publicados na imprensa regional

Atenção, estudantes:
VEM AÍ...



PLEBISCITO

Constituinte para mudar a política

Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político? A organização da Campanha Plebiscito Popular fez mobilização no início de agosto em todo Brasil. O objetivo é a construção coletiva de um amplo debate, que tem como ponto de chegada a semana da pátria, de 01 a 07 de setembro de 2014.

“A campanha da Constituinte engloba diversas entidades. Recentemente a OAB e CNBB, por exemplo, declararam apoio. O Sindijor já havia se posicionado a favor da Constituinte”, explicou Pedro Carrano, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Ainda segundo Carrano, a campanha busca questionar a pouca representatividade dos trabalhadores e da sociedade no geral neste sistema político: “Isso acaba se refletindo na atual realidade dos jornalistas. É fundamental que os trabalhadores passem a acompanhar o tema. Porque isso reflete na questão do diploma e também nas bandeiras mais gerais, como a questão da terceirização”.



Valorize sua profissão. Sindicalize-se



e Fique em Dia com o SINDIJOR-PR.

Juntos somos mais Fortes!

